

# **O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE NO ENSINO REGULAR PUBLICA NA ÚLTIMA DÉCADA NO BRASIL.**

Maria de Fatima Matos Ferreira<sup>1</sup>  
Terezinha Vicenti<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Este estudo se propôs a analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular na última década, pois, este processo teve muitos avanços, mas ainda tem muitos problemas na sua efetivação no cotidiano das escolas públicas, observando como os profissionais envolvidos neste processo avaliam esta trajetória, como está o processo de formação dos professores, e quais as falas da comunidade escolar. Os dados foram analisados e revelaram que a prática cotidiana de inclusão alcançou muitos avanços, mas que apresenta fragilidades na sua aplicação. Concluindo a pesquisa revela que ocorreram avanços na efetivação das políticas públicas, pois aumentou o número de alunos com deficiência no ensino regular, e também ocorreram mudanças positivas na Proposta Curricular de Santa Catarina, porém ainda temos dificuldade na efetivação das políticas públicas da inclusão, pois a legislação, mesmo, com avanços não garante a concretização do processo de inclusão.

**Palavras Chaves: Inclusão; Educação; Professores; Formação; Processo.**

## **INTRODUÇÃO**

O artigo surgiu do interesse em compreender a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular na última década, pois, este processo teve muitos avanços, mas ainda tem muitos problemas na sua efetivação no cotidiano das escolas públicas.

A inclusão é um assunto novo, mesmo com todas as pesquisas realizadas, ainda, tem gerado inúmeros e interessantes discussões no que diz respeito à educação para todos, proporcionando um momento de valorização da diversidade humana e conduzindo a diversas transformações no contexto escolar.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pós-Graduação em Educação Especial, da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

<sup>2</sup> Professora Orientadora, Mestre em Ciências da Educação.

Entendemos que a Educação Especial faz parte de "um todo" e para ter o seu valor reconhecido, é muito importante para esses alunos especiais tenham seu crescimento e desempenho educacional de qualidade, lembrando que a proposta curricular de Santa Catarina, tem em sua fundamentação essencial, a diversidade como princípio educativo.

Pensar a educação no contexto atual é refletir sobre os processos de inserção dos diversos grupos sociais nas instituições formativas e os impactos desta formação na construção de suas identidades. Analisar os processos de inserção demanda reflexões no âmbito das políticas e práticas de inclusão nos diversos espaços educativos. As políticas de inclusão social são fruto de lutas oriundas de movimentos sociais, com o olhar voltado para os excluídos e priorizados em suas necessidades, buscando promover a cidadania como direito essencial a vida.

O trabalho será realizado através de pesquisas bibliográficas, que responderá as seguintes perguntas de pesquisa: Como ocorre o processo de inclusão dos alunos com deficiência no cotidiano escolar? Os professores estão preparados para atuar no processo de inclusão? Como a escola orienta a equipe escolar para a prática inclusiva? Esta pesquisa norteou-se pelo objetivo de: Compreender o processo de inclusão no cotidiano escolar na última década.

## **1 A TRAJETORIA DA INCLUSÃO ESCOLAR**

A sociedade na atualidade, tem buscado novas formas de perceber e lidar com as deficiências, em suas especificidades. Neste sentido a criança com deficiência na escola regular vem conquistando um espaço maior, o acesso à educação com menos preconceito a respeito de sua deficiência. A história nos revela, que nem sempre a pessoa com deficiência teve reconhecimento e começar o processo de inclusão, foi uma trajetória de lutas e conquistas durante séculos, e ainda precisa continuar, pois, a inclusão deve se consolidar no coletivo.

Pois, são inúmeros os relatos dos problemas com as pessoas que apresentavam alguma forma de deficiência física ou mental, e foi só na Idade Contemporânea, a partir de políticas implementadas que teve início as

conquistas de direitos das pessoas com deficiência. Assim, no decorrer da história, os países começaram a se preocupar com a reabilitação das pessoas com deficiência, enquanto o Brasil não possuía o interesse de garantir nenhum tipo de atendimento especializado para essas pessoas.

Com o passar do tempo, preocupados com a educação de pessoas com deficiência em decorrência dos movimentos, no Brasil se dá o princípio da educação especial em 1854 e 1857, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos atualmente: Instituto Benjamin Constant e o Imperial Instituto de Surdos-mudos (SOUZA, ROMERO, 2014).

No ano de 1954, no Rio de Janeiro, foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, baseadas em um trabalho de educação e reabilitação. Nesse lugar existiam profissionais ligados à educação e também à área da saúde (SOUZA, ROMERO, 2014).

No final da década 1970 e início da década de 80, as crianças com deficiência começaram a ser integradas nas escolas regulares, e estas frequentavam apenas meio turno. Mesmo o caminho se abrindo, para mais tarde seguir rumo à inclusão, houve tentativas de retardar a educação inclusiva. (STAINBACK S. E STAINBACK W. 1999)

Pois, segundo os autores, no passado as pessoas que fossem deficientes eram excluídas da sociedade por causarem ameaças ao sistema social e de ensino, pois estes seriam obstáculos que prejudicariam a aprendizagem dos demais alunos. Por muito tempo o ensino acabava excluindo, gerando preconceitos e discriminação.

Na década de 1980, segundo Miranda (2003), começaram no Brasil diversos movimentos sociais em busca de direitos a pessoa com deficiência, estas conquistas foram muito significativas para reforçar a inclusão na sociedade. Nessa perspectiva, todos os alunos anteriormente excluídos devem ser inseridos na vida social e educativa, além disso, não permite que ninguém fique de fora do ensino regular, desde o início da escolaridade ao final de sua formação escolar, a meta do novo paradigma é incluir todos aqueles que se encontra em situação de exclusão do sistema regular de ensino público. (MACHADO e NAZARI, 2014, p. 11)

Em 1988, então surge a Constituição Federal, que assegura novas diretrizes a Educação Especial, estabelecendo que a educação seja direito de

todos e dever do Estado e da família e todos devem ter igualdade de condições para o acesso e permanência na escola sem nenhum tipo de discriminação. (BRASIL, 1998, p. 2).

A Constituição garante o oferecimento da educação no ensino fundamental em seu “Art. 211. Após, surge em 1990 a Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que veio para reforçar “o direito a educação”. (BRASIL, 1990, p. 18). Além de assegurar educação no Ensino Fundamental, em seu Artigo I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito. (BRASIL, 1990, p.18).

Em junho de 1994, é realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso E Qualidade realizada em Salamanca, na Espanha, em que estiveram presentes 88 governos e 25 organizações, inclusive o Brasil, reafirmando um compromisso com a Educação para Todos.

Esta declaração ressalta a garantia de acesso às escolas de ensino regular para crianças com deficiência e sua permanência, visando à aprendizagem. Assim, os mesmos presentes na Declaração demandaram aos governos que “Atribuem a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais”. E que adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. Desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva. (BRASIL, 1994, p. 02).

O educando é um cidadão que possui direito e deveres, cada qual com suas habilidades particulares que devem ser respeitadas. A Declaração de Salamanca ressalta que as escolas para serem realmente inclusivas, devem adotar um sistema flexível e adaptativo, levando em consideração a necessidade de cada um, para sim, contribuir para um sucesso educacional e inclusivo. Assim, “ênfatizou a necessidade de uma abordagem centrada na criança objetivando a garantia de uma escolarização bem-sucedida para todas as crianças”. (BRASIL, 1994, p. 8).

Após dois anos, é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, no Brasil, que define o direito ao acesso da pessoa com deficiência no ensino regular, como estabelece o artigo 58, esta deve ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (BRASIL, 1996, p. 19). Com a lei firmada, fez com que o país se mobilizasse para uma melhoria no sistema de ensino, em busca de uma educação de qualidade.

No ano de 2007, é lançado a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC 2008, um documento que integra os marcos históricos e normativos da educação especial, com o objetivo,

As leis vêm para garantir a educação e a cidadania, assim, para que todos os cidadãos tenham um ensino de qualidade, e as pessoas com deficiência o atendimento educacional especializado, que lhe é de direito.

“Mudanças essas que vão desde a ampliação arquitetônica, atitudinal e conceitual para as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos contextos escolares, até a implantação de políticas públicas que visam à construção de práticas que permitam a efetiva participação desses alunos nos processos de ensino e de aprendizagem.” (DECHICHI, 2011, p.7).

Essa ação deve garantir os direitos de cada indivíduo na sociedade, reconhecendo suas potencialidades, diferenças e direitos. De acordo com Mantoan (2006 apud STRIEDER, 2013, p. 33) “o ato de inclusão vai muito além do simplesmente colocar o diferente dentro da escola normal, implica torná-lo parte do processo de aprendizagem, porque reconhecido em suas diferentes formas de aprender”.

O processo de inclusão deve abranger um todo, não recusando ninguém a sua prática. Pois, quando falamos em inclusão não devemos pensar somente no aluno com deficiência, mas sim, em um trabalho onde todos estejam envolvidos no processo, ou seja, inclusão é pensar no todo.

Carvalho (2008) relata que quando falamos em educação inclusiva, logo vem à mente um pressuposto, que o professor é fundamental no sucesso ou fracasso do aluno com deficiência. Sabemos que para construir uma escola

inclusiva, é preciso que haja o envolvimento de todos na escola, direção, professores, funcionários, alunos e família, agindo em um papel conjunto em que todos participem do processo educacional.

A educação inclusiva hoje é uma realidade gradativamente implantada internacionalmente e nacionalmente que vem muito a beneficiar a todos da sociedade. Deste modo, a inclusão é um processo onde todos devem estar cientes de sua participação, principalmente a equipe de educação escolar. A escola deve ser capaz de refletir seus planejamentos, práticas e espaços, a fim de aprimorar o seu ensino oferecido, e assim, possibilitar o pleno desenvolvimento e participação de seus alunos. A inclusão se faz com que os envolvidos tenham outro olhar sobre sua prática pedagógica podendo transformá-la, para que assim, compreendam e respeitem as diferenças de seus alunos. (STRIEDER, 2013, p.143)

## 1.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ATUALIDADE

Dos cinco milhões e setecentos mil alunos portadores de deficiência - dados oficiais do MEC de 1997, nós temos atendido a apenas a 1% da população brasileira atual. (FERREIRA, 1992)

O processo não-planejado ou uma inclusão incipiente em nosso sistema educacional. O que foi identificado através da pesquisa de ODEH (1998) apresentada no GT- de Educação Especial da Anped, que em síntese, a integração não-planeada, fenômeno difundido no hemisfério sul, se refere à presença de crianças com deficiências na sala comum sem apoio especializado, e evidentemente ocorre sem planejamento nem intervenção de caráter profissional ou legal. O fenômeno se dá em circunstâncias específicas aos países do Hemisfério Sul, onde a escassez e a baixa qualidade do atendimento especializado, bem como a carência de serviços diagnósticos precoce, fazem com que a escola regular se torne a única alternativa disponível. O assunto ganha importância na atualidade, pois as últimas propostas pertinentes a um outro tipo de integração escolar; este sim, planejado e promulgado em leis de diretrizes e bases, que vêm sendo incorporadas nos últimos anos ao discurso oficial dos variados países deste hemisfério (UNESCO, 1995), inclusive o Brasil". (ODEH, 1998)

No Brasil, ocorreu um grande avanço, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Lei n. 9.394/96) a educação especial passa a ser considerada como uma modalidade da educação escolar, devendo ser oferecida aos alunos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Conforme a LDB/1996, em seu artigo 3º, recomenda que seja composto por “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas salas comuns”. Sendo assim necessária toda uma estrutura adequada para a realização do trabalho com excelência.

Na atualidade, segundo Carneiro (2007) a Educação Especial precisa garantir a todos os alunos deficientes acesso à escola, removendo os obstáculos que impeçam a frequência e garantia de avançarem em seus estudos no ambiente escolar.

Segundo o autor deste modo a educação especial começa a ser entendida como, “uma modalidade que perpassa como complemento ou suplemento, todas as etapas e níveis de ensino”. (CARNEIRO, 2007, p. 64)

Nesse sentido “olhar para essas condições é absolutamente necessário se quisermos ampliar a participação do deficiente no mundo onde várias esferas do simbólico convivem interligadas e interdependentes”. (PADILHA, 2005, p. 115).

“[...] antes de mais nada, definir-se quanto a sua concepção de sujeito, de mundo, também sobre sociedade, sobre deficiência e eficiência, desenvolvimento e aprendizagem para poder compreender mais e melhor sobre suas características e peculiaridades”. (Padilha, 2005, p. 108)

Deste modo a educação inclusiva é uma educação que vai além da escola, se fundamenta em “apoios e suportes, de trabalhos em equipes e de toda uma gama de mudanças institucionais que vão além da organização didática”. (CARNEIRO, 2007, p. 67).

A prática da inclusão social na atualidade se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação. É visível que a educação inclusiva é uma postura

necessária no contexto educacional, e que a sua prática é fundamental e que precisa ser contínua, e que não tem possibilidades de retrocesso.

No conceito de Díaz (2009) na atualidade muito tem se refletido e debatido sobre diferentes formas de organização escolar e social para acolher a diversidade humana, porém, não é tarefa simples, pois, precisa mais do que estar incluído na escola. Sendo que, no espaço escolar apresenta múltiplos olhares sobre as práticas com distintos grupos e com relações evidentes às diferentes experiências, o que leva a refletir sobre as diferenças dessas práticas e discute a perspectiva do desenvolvimento pessoal que a educação inclusiva implica, todo o compromisso que a prática verdadeira envolve em sua efetivação. Essa discussão abrange algumas das dimensões que interferem no processo de inclusão no contexto atual, e que podem favorecer o sucesso da inclusão escolar. Mesmo com os avanços, e os sistemas de ensino formulando políticas claras e decisivas em relação à inclusão, buscando aperfeiçoar os recursos da Educação Especial e da Educação em geral para qualificar as escolas de infraestrutura, equipamentos e recursos materiais e didático-pedagógicos, necessários ao bom desenvolvimento das atividades escolares, ainda precisa superar várias problemas no processo de inclusão do aluno deficiente no ensino regular das escolas públicas.

## **2 METODOLOGIA**

Esta pesquisa se caracteriza como pesquisa qualitativa do tipo explicativa e também bibliográfica. O tamanho da amostra, unidade de pesquisa e dimensão do trabalho seguirá a racionalidade da pesquisa qualitativa e bibliográfica.

### **2.1. UNIDADE DE PESQUISA**

A pesquisa será realizada na biblioteca da Universidade do município de Criciúma sites e artigos da internet.

A pesquisa será realizada através de referências bibliográficas e desenvolvida nos meses de abril e maio de 2016, o instrumento utilizado para a pesquisa será pesquisa bibliográfica. Os resultados serão discutidos quantitativamente.

### **3 ANALISE E DISCUSSÃO DE DADOS**

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa em que se discutiu e analisou as percepções e as vivências do processo de inclusão e suas implicações no contexto dos sujeitos com necessidades educacionais especiais em classes regulares na última década. Para alcançar esses objetivos, adotou-se a perspectiva teórico-metodológica, que toma como objeto de estudo o sujeito histórico, que se constitui na relação com a cultura.

Díaz (2009) relata que a educação inclusiva tem sido uma preocupação mundial, em que organizações internacionais e nacionais se mobilizam para assegurar que a escola, instituição responsável pela educação, possa receber e promover um ensino de qualidade a todos que nela ingressam. Neste sentido, requer considerar, as dificuldades individuais de cada educando sem discriminá-los, por características como: idade, sexo, etnia, língua, deficiência, classe social, entre outros.

Segundo o autor a inclusão no Brasil vem acontecendo lentamente, e nesse sentido, para que possamos ir adiante, é preciso contar com o comprometimento das instituições educacionais. A escola como o principal agente de transformação da educação, e é nela que estará ocorrendo, ou não, a busca pela garantia da educação como direito universal de todos, para tanto, ela deve estar aberta em aceitar e propor mudanças em sua organização. Desse modo, embora, não seja o único, o primeiro passo para que uma escola se torne inclusiva é garantir que todas as crianças e adolescentes dessa faixa etária, residentes nessa região, nela sejam efetivamente matriculadas (MEC/SEESP, 2004, v.3, p.15). Em outras palavras, a escola deve garantir o acesso de todos em idade escolar que residem na região onde presta seus serviços, como também garantir que:

“...Todo aluno matriculado deve estar frequentando a escola regularmente, para que possa efetivamente participar do processo educacional. Assim, é importante que a escola desenvolva estratégias para favorecer com que todos frequentem as aulas regularmente”. (MEC/SEESP, 2004, v.3, p.15).

A escola deve estar equipada e preparada para receber e ensinar a todos considerando a capacidade diferenciada de seus educandos de se interar das atividades nela realizada. Porém, a escola não basta estar fisicamente estruturada para ter resultados positivos, é preciso contar de forma efetiva com o apoio de funcionários de todo o segmento escolar, desde o porteiro que recebe os alunos num primeiro momento até o gestor responsável pelo bom funcionamento da instituição. Esta deve ainda assegurar a participação dos familiares (dos alunos) e membros da comunidade na qual o aluno está inserido buscando dessa maneira a reafirmação de uma educação não excludente.

Um dos aspectos positivos do processo de inclusão é demonstrado pelos dados do IBGE. Dados do Censo Escolar indicam crescimento expressivo em relação às matrículas de alunos com deficiência na educação básica regular. Estatísticas indicam que no ano de 2014, 698.768 estudantes especiais estavam matriculados em classes comuns. Em 1998, cerca de 200 mil pessoas estavam matriculadas na educação básica, sendo apenas 13% em classes comuns. Em 2014, eram quase 900 mil matrículas e 79% delas em turmas comuns. “Se considerarmos somente as escolas públicas, o percentual de inclusão sobe para 93% em classes comuns”, explicou a diretora de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação. Estes dados demonstram a mudança na inclusão dos alunos no ensino regular prestadas anteriormente por ODEH (1998), os dados mostram o crescimento do processo de inclusão no ensino regular de 1998 até a atualidade. (PORTAL BRASIL, 2015)

Diante da pesquisa observamos um crescimento muito grande dos alunos com deficiência na última década, demonstrando que dar visibilidade ao problema, impulsiona mecanismos de organização e implantação das lutas pela garantia de legislação específica para garantir o processo de ampliação dos alunos com deficiência no ensino regular.

Outro aspecto positivo foi a atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), que tem como princípio formativo a diversidade humana. O movimento exprime a necessidade de uma Educação Básica que reconheça e assuma a diversidade como um princípio formativo e fundante do currículo escolar.

Entende-se a diversidade como característica da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Esta noção nos remete à ideia de diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, das suas organizações sociais, etnias, nacionalidades, gêneros, orientação sexual, religiosidades. Enfim, diversidades de grupos sociais, de identidades do ser social em sua singularidade que se constituem em espaços, em ambientes, em tempos históricos com características diversas. Essas relações socioculturais constituem os sujeitos históricos, nas organizações de suas vidas sociais e políticas, nas suas relações com o ambiente e com outros grupos, na produção e reprodução de suas existências. (SANTA CATARINA, 2014, p.54)

Esta abertura da atualização das diretrizes de nosso Estado demonstra a intenção de modificar a forma de estrutura o pensamento pedagógico da educação catarinense. Propondo, não somente a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, mas que o respeito e o conhecimento sobre as diversidades, se tornem a base da educação de nosso Estado.

Porém, aspectos negativos também aparecem nas pesquisas, com maior relevância para a formação dos professores que trabalham com os alunos especiais no ensino regular. Citamos a pesquisa de Barbosa e Souza (2010) onde considera os aspectos relativos à profissão como essenciais à promoção de uma ação pedagógica de qualidade. Neste texto relata que para a materialização de políticas públicas que ofereça melhores condições de trabalho aos professores, principalmente, da participação dos próprios professores, com o interesse de estudar e reivindicar as políticas públicas necessárias para a efetivação de uma prática de inclusão e não somente de o aluno estar inserido no cotidiano escolar. Portanto, é necessário um maior envolvimento dos docentes na construção de políticas públicas, pois são eles que enfrentam as barreiras e dificuldades do dia-a-dia da sala de aula. Apesar dessa importante consideração, parece que os professores não estão muito envolvidos com essas questões, conforme observa a pesquisadora em seu relato no diário de campo:

Professora Maria relata que Márcio dá muito trabalho, pois não quer ficar dentro da sala de aula, além de falar muito alto e querer tirar a roupa dentro da sala, e isso está atrapalhando o desempenho dos outros alunos. Maria, no decorrer da aula, me perguntou se existia alguma lei que regulamentava a frequência de Márcio na sala de aula, e que também deveria ter alguma lei para defender os outros alunos, pois estavam sendo prejudicados pelo contato com Márcio (Observações registradas em Diário de Campo - 30/7/2009).

A fala da professora apresenta aspectos relevantes, no que concerne à sua percepção sobre inclusão: um deles é o fato de não conhecer as políticas públicas de inclusão. O autor coloca que não dizer que todas as professoras não têm esse conhecimento, mas essa ocasião chamou-nos muito a atenção, porque essa professora é tida como referência em processo de inclusão na escola, pelos inúmeros alunos que já atendeu, mesmo não tendo nenhuma especialização. Além disso, essa fala revela uma outra percepção de aluno com necessidades especiais: de que sua presença prejudica o desempenho dos outros alunos. (BARBOSA E SOUZA, 2010)

Diante da complexidade revelada no processo de inclusão, fica clara a urgência de medidas a serem tomadas, sobretudo no que se refere ao professor. Apesar da grande quantidade de pesquisas que têm como foco o professor, e dos inúmeros cursos de capacitação oferecidos pelas redes de ensino, parece que pouco tem se revertido em mudanças efetivas das práticas educativas. Há necessidade, portanto, de estudos mais aprofundados que desvelem os aspectos que sustentam representações e percepções que interferem negativamente nas práticas de inclusão. (BARBOSA E SOUZA, 2010)

O autor evidencia nas falas de sua pesquisa, o sofrimento das professoras manifestado pela frustração, pelo sentimento de abandono. Foi isso que vimos, também, nos momentos que passamos na escola: a professora fica sozinha com o aluno, no meio de todos os outros e tem de dar conta dele e de todos os outros. A primeira ideia trazida pelas professoras foi de que o processo de inclusão é válido por questões políticas e sociais.

Diante da complexidade revelada no processo de inclusão, fica clara a urgência de medidas a serem tomadas, sobretudo no que se refere ao professor. Apesar da grande quantidade de pesquisas que têm como foco o professor, e dos inúmeros cursos de capacitação oferecidos pelas redes de ensino, parece que pouco tem se revertido em mudanças efetivas das práticas

educativas. Há necessidade, portanto, de estudos mais aprofundados que desvelem os aspectos que sustentam representações e percepções que interferem negativamente nas práticas de inclusão. (BARBOSA E SOUZA, 2010)

Na pesquisa de Villela (2013) mostra que muitas vezes os profissionais envolvidos com a educação tem se mostrado apáticos diante da estrutura educacional existente no país, e resistem em mudar o seu jeito de trabalhar, não vendo saída para alterar sua prática pedagógica cotidiana. Pois, fato de as classes serem muito numerosas, tem alunos indisciplinados, matérias inadequadas, falta de apoio das instituições bases e da equipe gestora, falta de recursos multimídias são apenas alguns dos problemas encontrados pelos educadores.

As indagações de Mrech, (2001) sobre a condição de preparo e formação pedagógica para os professores do ensino especial estão sendo preparados para auxiliar os professores do ensino regular, traz uma resposta negativa.

Pois, segundo o autor " O fato da formação do professor para a educação especial ter sido incluída como habilitação dentro de um curso que, regra geral, tratou a formação docente como subproduto da formação do especialista, contribuiu, de forma decisiva, para que se formasse um docente especializado, com muita pouca formação como professor.

Da mesma forma, os professores do ensino especializado também não foram preparados para trabalhar com professores do ensino regular e os alunos comuns, eles aprenderam apenas a lidar com o contexto das especificidades das deficiências dos seus alunos. (BUENO, 1998, p.15):

Assim, pode-se perceber que o Brasil tem lidado com a transição do Paradigma de Integração para o da Inclusão com um enorme despreparo. O professor do ensino regular não aprendeu a lidar com os alunos diferentes ou deficientes.

Portanto, o que acaba acontecendo, é que nem o professor do ensino regular encontra-se preparado para trabalhar com o aluno deficiente e nem o professor do ensino especial encontra-se preparado para dar uma assessoria aos professores do ensino regular. Neste situação, as práticas educativas tanto da Educação Comum, da Educação Especial e das agências

formadoras acabam deixando lacunas em aberto, onde ainda não foi completado o ciclo para uma prática educativa coerente.

Portanto, observamos que os alunos da classe especial integram o grupo de excluídos da escola, ou seja, primeiramente, da escola especial e, posteriormente, da escola regular, sendo que estes alunos são parte da história de exclusão, e a escola é parte integrante da história da sociedade, perpetua a exclusão, maquiada por discursos cheios de “inclusão”.

Diante das falas, visualizamos um cenário onde a integração não-planejada na rede regular de ensino uma inclusão que não é ainda decidida e adotada, no plano da consciência, pelos educadores tanto do ensino comum quanto do ensino especial. É neste cenário que vamos encontrar os profissionais para fazer a passagem dos professores do ensino regular para a Educação Inclusiva. É nesta transição planejada da educação especial para o ensino regular que se encontra um espaço que precisa de aproximação e integração entre os dois segmentos para resolver as lacunas deixadas pelo processo. (MRECH, 2001)

Para a análise reflexiva destacamos as palavras de Barbosa e Souza, (2010) onde os dados acessados de sua pesquisa revelam os conflitos desencadeados pela inclusão de alunos com necessidades especiais: o fato de não saber como trabalhar com o aluno leva o professor a buscar fora de sua sala de aula as causas para o insucesso que vivencia. Assim, muitas vezes, trava-se uma luta entre os professores, e neste caso, as professoras da Educação Especial e as de classes regulares, que, ao invés de se unirem, aproveitando uma política pública que visa promover a inclusão (independentemente de ser ou não a mais adequada), optam por competir entre si, em um jogo de culpabilização e desresponsabilização que em nada contribui para o processo de inclusão, mas, ao contrário, cria um clima prejudicial a todos os alunos e professores da escola.

Também constatamos nas palavras dos autores que na escola não se exercita a escuta, visto que os professores têm uma visão cristalizada sobre o que e quem são o aluno, a escola e a família, o que inviabiliza o diálogo e a reflexão. Resultam desse fato as dificuldades de comunicação, compreensão e sensibilidade em todas as instâncias de relações. (BARBOSA E SOUZA, 2010)

Para Beyer (2006), a escola que se pretende inclusiva, tem o desafio de construir e colocar em prática no ambiente escolar, uma pedagogia válida para todos os educandos, “capaz de atendê-los em suas situações pessoais e, cujas características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto deve se dar sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas”. Ao contrário, pondo em andamento, na comunidade escolar, uma conscientização crescente dos direitos de cada um. Sendo assim, a inclusão caminha no sentido de garantir igualdade de direitos a todos que buscam a educação.

Segundo Serra (2008), é nesta declaração que o movimento da inclusão de alunos com necessidades especiais toma corpo gerando discussões importantes em todo mundo. Ainda, propõe que governos e organizações sejam guiados pelo espírito de suas propostas e recomendações e que, desta forma, cada criança possa ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem. Onde os sistemas educativos sejam implementados com a devida diversidade, a fim de que cada criança ou jovem tenha acesso às escolas regulares.

Reconhecemos que, para a inclusão se concretizar, é necessária uma mobilização em vários âmbitos, como o político, o social e o institucional, no entanto, como nossa proposta era discutir o papel do professor nesse processo, priorizamos a análise da importância de seu papel nesse contexto, ressaltando, contudo, que a questão da inclusão não pode ser tomada como responsabilidade unicamente do professor. (BARBOSA E SOUZA, 2010)

Para o autor, o empenho do professor na busca por resolver os problemas que se colocam em sua prática interfere, de forma decisiva, no desenvolvimento do aluno com necessidades especiais. Desta forma, o sucesso ou não da inclusão depende, em grande medida, das atitudes e crenças do professor. Desta forma os professores, funcionários, diretores, funções distintas, mas que precisam agir coletivamente para que haja inclusão escolar. E cabe ainda ressaltar, os processos de formação continuada a todos ligados a esse processo, pois é de extrema importância.

Segundo Prieto (2006), com o grande aumento de alunos com deficiência às classes comuns, o sistema de ensino vem exigindo investimentos, melhores formações para assegurar permanência e

aprendizagem de alunos com deficiência. Assim, impondo novas exigências para educação inclusiva.

De acordo com Nascimento (2009, p. 4),

“Na medida em que a “orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino”.

Os educadores precisam estar em constante formação, a fim de buscar práticas que atendam às necessidades de cada um, garantindo acesso e permanência na escola, pois o professor que tem em sua sala uma criança com deficiência intelectual ou outra deficiência precisa planejar suas aulas onde todos estejam incluídos, pois o aluno com deficiência não é apenas responsabilidade do segundo professor, mas de todos.

Padilha (2005, p.108) aponta que:

“A baixa expectativa que se tem da aprendizagem dos deficientes [...] diminui também o empenho da escola na utilização de recursos especiais para que aconteça o desenvolvimento das esferas do simbólico, ficando insistentemente pressas às atividades práticas.”

Segundo Mantoan (2004, p. 79) “ensinar, realmente não é uma tarefa simples, exige novos conhecimentos, e que muitas vezes contradizem o que lhes foi ensinado e o que utilizam em suas práticas. ” Porém a formação deve lhe permitir uma visão mais ampla, novos conhecimentos, que o qualifiquem para as suas práticas, sendo possível atender a diversidade.

Outro aspecto relevante nas pesquisas e necessidade da adaptação curricular, perante as transformações impostas pela sociedade ao processo de inclusão, ressaltou o papel fundamental da escola e profissionais e a adaptação curricular para um ensino que atenda toda a diversidade escolar. Pois, é necessário um currículo aberto e flexível é condição fundamental para responder à diversidade, já que permite tomar decisões refletidas e ajustadas às diferentes realidades sociais, culturais e individuais, mas não é uma condição suficiente. (BLANCO, 2004, p.291).

Segundo o autor, para poder assegurar a igualdade de oportunidades é preciso que cada escola reflita e planeje de forma conjunta sua ação educacional mais adequada a sua diversidade, “deve ser o referencial

da educação de todos os alunos, fazendo as adaptações que sejam necessárias e proporcionando-lhes as ajudas e recursos que favoreçam a obtenção das aprendizagens nele estabelecidas”.

O que constatamos nesse estudo é que a exposição permanente dos professores ao fracasso no processo de inclusão/exclusão gera grande sofrimento, o que, a nosso ver, está na base do adoecimento que relatado por muitos profissionais. Logo, adoecimento gerado não pelo aluno com necessidades especiais ou por suas famílias, mas pelas condições em que realizam ou tentam realizar suas ações docentes, as quais envolvem aspectos organizacionais, institucionais, sociais, políticos, identitários, dentre outros. (BARBOSA E SOUZA, 2010)

Enfim, esses questionamentos são sem dúvida de extrema importância para o avanço do processo de inclusão, e entendemos que os professores têm um grande papel nesse processo, ao passo que poderão oferecer contribuições para a compreensão das relações complexas e conflitantes envolvendo o processo de inclusão e buscar melhores condições de trabalho e desenvolvimento aos sujeitos envolvidos, como professores, alunos, gestão, entre outros. (BARBOSA E SOUZA, 2010)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como observamos na pesquisa, nos leva a concluir que o processo de inclusão na escola está ocorrendo de forma irregular, e na realidade muitas vezes causando sofrimento aos alunos com necessidades educacionais especiais e aos professores, demonstrando muitas fragilidades no processo destes alunos no ensino regular.

Pesquisa mostra que o processo ainda precisa de muitas reflexões e valorização, pois, desde a implementação da Lei da inclusão, houve uma evolução, com um aumento de 90% dos alunos com deficiência no ensino regular na última década, porém o aluno estar inserido no ensino regular não garante que ele realmente esteja incluído no processo de ensino e aprendizagem. Durante o processo, percebemos que principalmente os professores ainda enfrentam desafios, e outros aspectos relacionados à

estrutura pedagógica e física para incluir alunos com deficiência, e neste aspecto precisam avançar na efetivação da inclusão propriamente dita.

Embora discursos oficiais normatizem este processo, cada ato normativo traduz a dimensão da implementação, atingindo as diferentes etapas e modalidades educacionais em que se apresentam no interior das escolas. No entanto, muitas vezes falta articulação entre eles, tornando, assim, mais difícil seu cumprimento, apesar de terem como ponto comum a educação básica.

Para a efetivação do processo de inclusão é necessário que todos os envolvidos com a educação assumam o compromisso de incluir, e que os professores se tornem de fato conhecedores do processo de inclusão e trabalhem com os alunos com deficiência sem pré conceitos, buscando garantir os direitos destes alunos. Sendo que, a ausência do comprometimento das políticas públicas, com certeza, contribuem para o aumento das probabilidades de que as crianças abandonem as escolas ou fiquem somente inseridas no ensino regular.

Quando levamos em conta a diversidade como princípio educativo no planejamento da escola, devemos ter a consciência do trabalho em grupo e individual, de modo a contemplar as necessidades de cada aluno e níveis e formas diferentes de planejar. Ainda que leve em conta a diversidade, muitas vezes algumas necessidades do aluno não são contempladas, sendo preciso o professor adaptar o currículo de forma individual. Finalizando, podemos dizer que a adaptação curricular é significativa no processo de inclusão do aluno com deficiência, por atender as possibilidades e necessidades de cada um, de forma a tornar sua aprendizagem mais interessante e eficiente.

Finalizando, os docentes precisam conhecer os avanços da legislação e das práticas educativas, no que diz respeito ao atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais, e exigir a efetivação das políticas públicas em todos os aspectos que envolvem o processo de inclusão. Em relação ao apoio enfatizado pelas docentes, podemos salientar a carência de apoio por parte de profissionais especializados e de materiais pedagógicos adequados para cada deficiência. Estes aspectos citados, precisam ser superados por medidas que conjuntas entre os profissionais e políticas públicas comprometidas com o sucesso do processo de inclusão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Eveline Tonelotto; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. **A vivência de professores sobre o processo de inclusão: um estudo da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural**, Rev. Psicopedag. vol.27 no.84 São Paulo. 2010  
Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

BARBOSA, Dayse Patrícia P. et. al. **Educação Inclusiva: um olhar 'legal' de práticas pedagógicas no CAIC do Cabo de Santo Agostinho**. Pernambuco, 2008. Disponível em: [https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao\\_pedagogia/pdf/2008.Acesso](https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2008.Acesso) em 10 de julho de 2016.

BUENO, Geraldo. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Texto apresentado no grupo de trabalho da ANPED - 1998.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2015. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas nas áreas das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2016. 2016

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 7.611. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. PARECER CNE/CEB Nº 17/2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. PARECER CNE/CEB Nº 7/2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 4/2010. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: DOU, 14 de julho de 2010. CRUZ, G. C.; et al. Formação continuada de professores inseridos em contextos educacionais inclusivos. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 229-243, out./dez. 2011. Editora UFPR.

BLANCO, Rosa. **A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo**. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. (Org.)

Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2.ed.Porto Alegre: Artmed, 2004

BEYER, Hugo Otto. **Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas.** In Baptista, Cláudio Roberto...[et al]. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

BORGES, Monna Michelle Faleiros da Cunha; DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena BUSWELL, Barbara E. et al. Dez elementos críticos para a criação de comunidade de ensino inclusivo e eficaz. In: STAINBACK, William; STAINBACK, Susan.(Org.) Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

DECHICHI, Cláudia. **Educação especial e inclusão educacional: formação profissional e experiências em diferentes contextos.** DECHICHI, Cláudia; SILVA, Lázara Cristina da; FERREIRA, Juliane Madureira (Org.). Uberlândia: EDUFU, 2011.

DÍAZ, Félix, BORDAS, Miguel, GALVÃO, Nelma , MIRANDA Theresinha, organizadores; autores, Elias Souza dos Santos... [et al.]. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**, - Salvador: EDUFBA,2009.

Disponível em: <http://www.ufjf.br/acessibilidade/files/2009/07/Educacao-Inclusiva.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2016.

MACHADO, Fernando Soares; NAZARI, Juliano. Aspectos Históricos das pessoas com deficiência no contexto educacional: rumo a uma perspectiva inclusiva, 2014. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/176442326/Historico-Deficiencia>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva.** In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Orgs). Caminhos pedagógicos da Educação Especial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_ PRIETO, Rosângela Gavioli. Valéria Amorin Arantes (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** 2.ed. São Paulo: Summus, 2006.

MRECH, Leny Magalhães, **Educação inclusiva: realidade ou utopia?** São Paulo, 2001.

Disponível em:<http://www.educacaoonline.pro.br/index.php>  
Acesso em 10 de agosto de 2016.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A prática Pedagógica do Professor de alunos com Deficiência Mental,** Unimep, 2003. Disponível

em:<[http://histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis15/art1\\_15.pdf](http://histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis15/art1_15.pdf) >. Acesso em: 31 de julho de 2016.

ODEH, Muna Muhammad - **O atendimento educacional para crianças com deficiências no hemisfério sul e a integração não-planejada. Implicações para as propostas de integração escolar.** GT-15, ANPED, 1998.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Formação de profissionais da educação para trabalhar com o atendimento de alunos com necessidades educacionais no sistema regular de ensino.** In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos.* 2.ed. São Paulo: Summus, 2006.

PORTAL BRASIL, **Dados do Censo Escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência,** 2015. Disponível em:<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/>, acesso em 10 de agosto de 2016.

SANTA CATARINA. GOVERNO DE ESTADO, **Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica,** Estado de Santa Catarina, Secretaria de Educação, 2014.

SERRA, Dayse. **Inclusão e ambiente escolar.** In. Mônica Pereira Santos; Marcos Moreira. *Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.* 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Sirlene Brandão de; ROMERO, Rosana Aparecida Silva. **Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual.** Disponível em: <[http://www.pucpr.breventoseducereeducere2008anaispdf447\\_408.pdf](http://www.pucpr.breventoseducereeducere2008anaispdf447_408.pdf)>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores.** Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

\_\_\_\_\_ **-A aprendizagem na Escolas Inclusivas: e o currículo?.** In: STAINBACK, William; STAINBACK, Susan.(Org). *Inclusão: um guia para educadores.* Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STRIEDER, Roque; MENDES, Rosângela; ZIMMERMANN, Rose Laura Gross. **Nas dobras e endobras da educação inclusiva: da igualdade para convivência com os diferentes.** Joaçaba: Editora Unoesc, 2013.

VILLELA, Tereza Cristina Rodrigues, et. al. **Os desafios da inclusão no século XXI.** 2013. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/desafios>, acesso em 10 de junho de 2016.